

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 2017:**

---Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

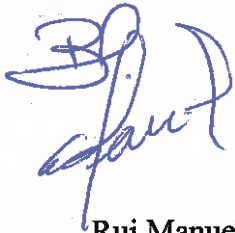
---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António da Silva Garrido e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Artur Jorge da Silva Viana,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe
Maria Alexandra Campos Esteves Faria Vilar,
Luzia Filipa Carvalho Miquelino,
António de Sousa Cepa,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Helena Maria Carvalho de Abreu,
Beatriz Paula de Sá Lima de Matos,
Alberto Francisco Amaro Ferreira,
António Vendeiro Catarino,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Alberto de Barros Paquete, em substituição de João Eduardo Pinto Felgueiras,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Paulo Fernando Alves Marques,
António Viana da Cruz,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães,
Jorge Manuel Neto Filipe e
Mário Pires de Boaventura.

---Sendo 21 horas e 25 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

António Maranhão Peixoto,
Jaquelina Casado Afonso Areias,



Rui Manuel Martins Pereira,
Maria Raquel Morais Gomes do Vale e
Berta Filipa Gonçalves Viana.

---Verificou-se, entretanto, a ausência do Sr. Vereador Dr. Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2017 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e oito de abril de 2017 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos:-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2017.-----

Por não terem estado presentes e conforme declararam abstiveram-se os membros da Assembleia Municipal, Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua, Aurélio Mariz Neiva e Jorge Manuel Neto Filipe.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

Pelo Presidente da Mesa foi proposto um Voto de Pesar, com um minuto de silêncio, subscrito por todos os grupos políticos, pelas vítimas do incêndio de Pedrógão Grande.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELAS VÍTIMAS DO INCÊNDIO DE PEDRÓGÃO GRANDE, CUMPRINDO-SE UM MINUTO DE SILÊNCIO.-----

MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO ÀS CÂMARAS MUNICIPAIS DE PEDRÓGÃO GRANDE, CASTANHEIRA DE PERA, FIGUEIRÓ DOS VINHOS, GÓIS E ÀS RESPECTIVAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS.-----

01.03. – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, apresentando dois votos de pesar:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. FRANKLIN VELOSO FERNANDES TORRES.-----

"Face ao recente falecimento do Ex-Vereador da Câmara Municipal de Esposende, Sr. Franklin Torres, natural de Apúlia, propomos que esta Assembleia aprove um voto de pesar por tão doloroso acontecimento, apresentando condolências à família."-----

2 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MARIA DE LURDES EIRAS ALMEIDA.-----

"Tendo falecido recentemente a Sra. D. Maria de Lurdes Eiras de Almeida, mãe do Sr. Presidente da Assembleia da União de Freguesias de Belinho e Mar, propomos que esta Assembleia aprove um voto de pesar por tão doloroso acontecimento, apresentando condolências à família."-----

De seguida pelo Sr. Deputado Municipal, foi apresentada a declaração que se transcreve:

***"Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais***

Pese embora o voto de pesar que hoje mesmo foi apresentado e votado nesta Assembleia, queremos iniciar esta nossa intervenção com uma Evocação.

Evocar a memória das dezenas vítimas dos incêndios que deflagraram na região de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Pampilhosa da Serra, Alvaizere, Sertã, Penela e Góis.

Prestar, também, a nossa solidariedade para com os seus familiares e, ao mesmo tempo agradecer a todos os que se empenharam no combate dos mesmos e aqui incluo, como não podia deixar de ser, os bombeiros do nosso concelho que para aí se deslocaram.

Esta catástrofe obriga-nos, naturalmente, a reflectir sobre o ocorrido por forma a assumir e corrigir os erros e, nesse campo, muito haveria para dizer. O respeito pelas vítimas leva-nos, no entanto, ao silêncio e a deixar para outros fóruns as muitas questões que pairam no ar e continuam sem resposta.

Não poderemos, no entanto, silenciar a nossa revolta pela mediatização exagerada e por elementares falhas de rigor nas informações que eram constantemente atiradas para o ar pelos vários responsáveis no terreno e onde, mais do que uma coordenação que se exigia, se assistiu a um carrocél de desinformações - mesmo o mais alto magistrado da nação alinhou nesse caos, levando a que todos informassem e quase logo, em simultâneo, viessem outros tantos, desmentir o que tinha sido dito.

Todos sabiam de tudo. Foram os raios, os coriscos, os trovões. Só faltou alguém inventar que, afinal, o incêndio teve origem paranormal pois as intervenções já estavam quase no domínio das ciências ocultas, diria mesmo, assistimos a uma verdadeira aula de Gnosticismo onde só faltou afirmar que "Houve trovoada, logo, houve raio, se logo houve raio, então houve incêndio em Pedrógão".

O momento não merecia aquele comportamento inadequado de alguns responsáveis políticos

muito menos que, logo de seguida, os partidos que suportam o governo, e que tanto escarcéu fizeram em situações parecidas em anos anteriores, viessem agora a terreiro com um silêncio assustador, ou, quando muito, acusando que tudo o que agora aconteceu se deve ao PSD e ao CDS que destruiu o aparelho do Estado para as Florestas Portuguesas.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Hoje tivemos o grato prazer em participar e presenciar o lançamento de importantes obras no nosso concelho. Com a presença da Senhora Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Dr.ª Célia Ramos, foi consignada a construção da ponte pedonal e Ciclável que ligará as margens da foz do Neiva – respondendo assim a uma velha aspiração das gentes ribeirinhas do Neiva nomeadamente de Antas e Castelo de Neiva. Ainda na mesma cerimónia foram consignados outros troços da Ecovia do Litoral Norte, localizados no nosso concelho nomeadamente o de Rio de Moinhos e o de Cepães e Neiva. Um investimento de mais de um milhão de euros e que só foi possível graças ao excelente trabalho que tem sido feito pela Câmara Municipal de Esposende, em diálogo com outras câmaras parceiras e com a sociedade Polis. Obrigado Sr. Presidente por trazer mais estas obras para o nosso concelho.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende

Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Já aqui abordamos este assunto mas achamos oportuno voltar a ele.

Falamos do traçado da Linha de Muita Alta Tensão.

Recentemente o Sr. Secretário de Estado da Energia disse à Comissão Parlamentar de Economia, quando questionado sobre a passagem daquela linha no concelho de Barcelos e instigado a suspender a decisão, que, não tinha nada que a suspender dado não haver qualquer decisão sobre esta matéria. Disse o mesmo ao grupo de barcelenses que se descolou a Lisboa para contestar esse traçado.

No decorrer dessas reuniões a opção A 28, como alternativa, voltou a colocar-se pese embora o Presidente da REN, também ele barcelense, tenho dito que, e cito, “de facto foi estudado o traçado junto à A28 mas que este se encontra mais perto de habitações do que o actual estudo”.

Até podemos acreditar no Sr. Presidente da REN mas, diz o povo que não há fumo sem fogo e também sabemos que em política vale tudo.

Estamos preocupados que haja por aí uma reviravolta nesta matéria.

Há poucos dias ouvimos a Comissão de Luta Contra a Linha de Muito Alta Tensão, constituída no âmbito da Assembleia Municipal de Barcelos, dizer que vai apresentar uma queixa ao Provedor da Justiça e à própria Comissão Europeia sobre o traçado proposto e dizendo que quer conhecer todos os traçados alternativos, e cito “inclusive a alternativa que se falou de encostar a linha à A28”.

Sr. Presidente da Câmara porque soi dizer-se que “homem prevenido vale por dois” recomendamos a V. Ex.ª a maior atenção a esta matéria e, já agora, que se vá dotando de dados, informações e argumentos, para, numa emergência, apresentar a contestação deste município a qualquer novo traçado que venha a incluir o município de Esposende.
Tenho Dito.”-----

Intervio de seguida a Sr.ª Deputada Municipal, Dr.ª Filipa Miquelino do Grupo Político do PS, apresentando a declaração que se transcreve:

***“Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Meus senhores, minhas senhoras,***

Ninguém pode querer melhorar sem que seja feita uma análise ao trabalho que se desenvolve. Assim, e volvidos quase quatro anos deste meu mandato na Assembleia Municipal, reparo que, ao longo dos mesmos, fui apresentando sugestões que, até à data, não foram tidas em conta pelo actual executivo.

As crianças com deficiência do nosso concelho continuam sem beneficiar dos apoios de fisioterapia durante as interrupções escolares e, aquelas que frequentam o segundo ciclo, assim que se finaliza o ano lectivo, não têm um local para que possam beneficiar de atividades de ocupação dos tempos livres. Esta falha grave faz com que muitas mães não possam trabalhar! Que patrão pode permitir que estas mães fiquem em casa do mês de junho ao mês de setembro e/ou nas restantes interrupções? Sugiro que se criem respostas usando, por exemplo, as escolas que foram encerradas como espaço físico! Não concordam com o que foi proposto? Porque é que até à data nada foi feito neste sentido? Muito gostaria de viver num município verdadeiramente inclusivo!

Meus senhores,

A Câmara municipal de Esposende atribuiu, recentemente, à ronda de Vila Chã 100.000 euros para a aquisição de um edifício com terreno para funcionar como sede deste grupo folclórico. Sr.º presidente, irá atribuir igual valor pelos restantes grupos folclóricos do nosso concelho? Estou certa que antes de atribuírem este subsídio visitaram o local e repararam que a escola que está situada mesmo em frente do referido edifício não tem um parque para as crianças brincarem, com um escorrega ou um baloiço como acontece, se não estou em erro, em todas as outras escolas do nosso concelho. E tenho ainda mais certeza que repararam que nesta escola o recreio é tão pequeno que fazia igual sentido adquirirem um terreno para aumentar o referido espaço, certo?

Sr. Presidente da Câmara,

Já temos projecto para o terreno que foi adquirido, por cerca seiscentos mil euros, situado na Zona do Mercatlas que será para o centro de negócios. Eu pergunto: se ali será o centro de negócios, como justifica o aluguer de um imóvel, por cerca de 5000 mensais para o mesmo centro de negócios? E já agora, será inaugurada com a pedra número 117, ou 137 ou 144? E aquela obra, não sei se será a número 89 ou 99 pois já começou há algum tempo, situada na avenida de Góios, que ora pára, ora arranca e que faz com que os seus utilizadores tenham de realizar desvios, já tem data de finalização?

Termino a minha intervenção interrogando sobre o ponto da situação do saneamento básico no lugar do Monte?
Disse.-----

Pela Sr.^a Deputada Municipal, foi ainda apresentada a seguinte recomendação à Câmara Municipal que se transcreve:

RECOMENDAÇÃO “PARA A CONSTRUÇÃO DE CASAS DE BANHO PÚBLICAS NO PARQUE INFANTIL DA “CARAVELA” EM ESPOSENDE.-----

- 1. O Parque Infantil da Caravela, situado no denominado Parque Radical, é cartão-de-visita da Cidade de Esposende e ponto de encontro de dezenas de crianças que para lá vão brincar;*
- 2. Tendo em conta os adultos que acompanham as crianças, pode considerar-se que naquele espaço se aglomeram dezenas de pessoas e, em atividades promovidas pela Câmara Municipal, centenas de pessoas.*
- 3. Como se sabe as necessidades fisiológicas não são programadas, muito menos quando se está a falar de crianças.*
- 4. Por outro lado, o turismo é uma atividade em franca expansão no país, o que queremos que também aconteça em Esposende. Certamente todos concordarão que turistas à procura de casas de banho públicas no centro da cidade não é a melhor forma de a promover.*
- 5. Por isso, seria de extrema importância a existência de casas de banho públicas naquele espaço (ou nas imediações).*
- 6. Hoje, com ideias pode-se perfeitamente configurar no espaço as ditas casas de banho públicas sem ferir ou adulterar a paisagem.*

O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que a Assembleia Municipal de Esposende, na sua reunião de 26 de Junho de 2017, delibere:

- 1. Recomendar à Câmara Municipal que inicie o desenvolvimento de um projecto de arquitetura para que nesse espaço possa ser integrada a construção das necessárias casas de banho;*
- 2. Atendendo às necessidades acima justificadas, recomendar à Câmara Municipal que promova a construção das referidas casas de banho, pois as únicas públicas existentes, situam-se no edifício do Mercado Municipal e, devido à sua localização, são desconhecidas da população em geral.*-----

De seguida, interveio a Sr.^a Deputada Municipal, Anabela Solinho, do Grupo Político do PS, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Boa noite,
Sr. Presidente da Assembleia
Sr. Presidente da Câmara
Srs Vereadores
Srs Deputados
Público em geral*

Entende esta bancada, a bancada do PS, que a política de atratividade de que nos fala o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende e que nós louvamos, esta política de atratividade deveria prever também a política de ajuda à sobrevivência, porque é disso que se trata, sobrevivência dos munícipes e queremos com isto dizer que a fiscalidade ou quem a pratica por parte da Câmara Municipal em relação às formas artísticas e manufaturadas de marketing que os munícipes tiveram que suspender, essa fiscalidade falhou, falha em frente à Câmara Municipal de Esposende, em que os obstáculos a invisuais ou outros cidadãos são bastante frequentes.

Além disso falhou grandemente em 2015 no que respeita à esplanada ANAIDE em Ofir.

Hoje, porque a Câmara Municipal de Esposende deixou arrastar o processo bem mais simples e rápido até de resolver em 2015, hoje os responsáveis pela esplanada ANAIDE, diríamos esse “escarro”, desrespeitam o espaço público, desrespeitam os fangueiros, desrespeitam os visitantes e questionamos portanto a Câmara, o Senhor Presidente da Câmara se há por parte desta entidade, espaços públicos com tratamento diferente, particular, especial que coloque os interesses privados à frente dos interesses públicos e perguntamos quais são os reais motivos que levaram a Câmara a não cumprir com a demolição prometida desse espaço, dessa esplanada ANAIDE em Ofir.

Deixava uma reflexão apenas aos Senhores Deputados relativamente à desresponsabilização por um lado e à criação de atritos por outro, que na realidade contribuem para o agravar da pirâmide social.

Muito obrigada pela atenção.”-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Dr. Artur Viana, do Grupo Político do CDS-PP, apresentando a declaração que se transcreve:

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara

Senhoras e senhores vereadores

Senhoras e senhores deputados municipais

E restante público aqui presente

Antes de mais quero felicitar o Senhor Presidente pelo início das obras de mais dois troços da Ecovia do Litoral Norte, vários troços da Ecovia do Litoral Norte, a executar no âmbito do Programa Polis Litoral Norte, percursos estes que vão em muito dar a ganhar a Esposende. Certamente todos teremos a ganhar com este avanço das obras tão fundamentais para a mobilidade sustentável do nosso concelho.

Estamos aqui para elogiar quando os projetos são válidos e estão no terreno e obviamente para questionar quando tiver que ser.

Neste sentido gostaria de saber do Senhor Presidente, para quando o lançamento do troço Apúlia-Fão já anunciado e que estava a ser preparado, e também o ponto de situação do alargamento dos passeios pedonais sobre a ponte de fão, que irão permitir a ligação da zona sul do Cávado à zona norte, foi-nos dito que estavam em negociações, gostaríamos de ver esclarecidos alguns pormenores sobre o assunto.

Relativamente à ciclovía do Cávado que liga o lugar do Caldeirão à Barca do Lago, tenho verificado que os trabalhos estão parados há mais de dois meses, neste sentido gostaríamos de saber se o problema tem a ver com o empreiteiro ou se por outro lado tem a ver com o dono da

obra, ou outros problemas que possam ter surgido.

Sobre o plano de investimentos nas freguesias, sobre o qual solicitei por escrito a disponibilização da lista de obras, já aqui tinha feito nesta Assembleia há uns meses este pedido e ainda não me chegou, estou a aguardar que entretanto me chegue e já agora atualizado uma vez que foram acrescentadas novas obras.

Neste âmbito, fui questionado sobre o andamento das obras na capela mortuária de Fão, que, supostamente e foi-me dito também que estão paradas há algum tempo, isto parece que se vai repetindo nalguns locais, o ritmo destas obras não é aquilo que o povo gostaria de ver.

Quero também ainda, questionar sobre a intervenção prometida pelo Senhor Presidente no campo de jogos de Apúlia, visto que foi assinado um protocolo com a associação que gere o espaço, que o dinamiza e que foram anunciadas intervenções há cerca de três meses e até ao momento ainda não assistimos a nenhum andamento, portanto gostaríamos de ser esclarecidos relativamente a esta situação.

Senhor Presidente, nas obras que estão a decorrer entre a Rua das Pedreiras e a Rua do Cal, em Fão, foi criado um percurso alternativo junto à A28 para permitir a circulação aquando do impedimento das pessoas que lá viviam para poderem aceder. Segundo sei, este percurso foi gentilmente cedido pelo proprietário na condição de, no final repor a situação do privado. A minha dúvida surge da existência ou não de um acesso público junto à A28? E que este acesso tem continuidade até à margem do rio. Mas, na ligação da Rua das Pedreiras até metade do percurso não existe acesso público, gostaria de saber se não é habitual aquando da construção da A28 deixar um acesso público, ou se eventualmente, este foi tomado pelo privado?

Na última reunião foi aqui falado, foi aliás publicado que a Câmara procedeu à aquisição do edifício Pérola por 600 mil euros, sem ter ainda um destino anunciado, mas sem referir esse edifício em causa a Câmara também adquiriu outro edifício que estava devoluto, prédio ainda por construir ao lado e já lá vão uns meses, gostaríamos de saber qual o objetivo, ou atribuição que será dado a esse edifício que obviamente está a denegrir a imagem daquela zona mais do que o edifício Pérola.

Para finalizar e porque já questionei nesta Assembleia várias vezes, ao ponto de tornar-me um pouco inconveniente neste assunto, volto a questionar sobre o projeto e resultado se é que existe, do plano de mobilidade urbana que estaria a ser executado, questionei isto já lá vão cerca de dois anos, entretanto estava a ser elaborado, depois passou para a comunidade urbana, o que é certo é e estamos em final de mandato e praticamente poucos de nós, nesta Assembleia, pelo menos eu desconheço, daí que deixo esta questão no ar.
Obrigado!"-----

De seguida, interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, apresentando em representação da Comissão Permanente da Assembleia Municipal a seguinte recomendação, seguida de uma moção:

1 - RECOMENDAÇÃO “À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE INICIE O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TENDENTE À CONCEÇÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO RUÍDO”.-----

“Atentas as atribuições deste município e as competências da Câmara Municipal atinentes à prevenção do ruído e ao controlo da poluição sonora visando a salvaguarda da saúde humana

e o bem-estar das populações, a Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Esposende, reunida no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, no dia 31 de maio de 2017, delibera recomendar à Câmara Municipal de Esposende que, com a máxima urgência, inicie o procedimento administrativo tendente à elaboração do Regulamento Municipal do Ruído, devendo a conceção deste Regulamento contemplar um capítulo específico relativo a zonas mais sensíveis do concelho onde pontificam espaços de diversão noturna (bares e discotecas)."-----

2 - MOÇÃO "TRANSFERÊNCIA DE ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO PODER CENTRAL PARA OS MUNICÍPIOS".-----

"A Comissão Permanente da Assembleia Municipal, reunida no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, no dia 31 de maio de 2017, deliberou submeter à apreciação/votação do Plenário da Assembleia Municipal a seguinte moção:

A descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República Portuguesa - tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.

A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) ações, serviços ou investimentos é mera desconcentração - só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir.

A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local. A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de Direcção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

Objetivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local.

Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.

A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução intermunicipal, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver.

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm. Exigem ainda a reposição das freguesias.



A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face aos projetos de diplomas do Governo, concluídos e remetidos para a Assembleia da República, sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária no dia 26 de junho de 2017, delibera:

- 1. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.*
- 2. Pugnar para que o tema da Regionalização volte à discussão pública.*
- 3. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.*
- 4. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.”-----*

De seguida pelo Sr. Deputado Municipal, foi apresentada a declaração que se transcreve:

“Sr. Presidente,

Entre o Município de Esposende e a empresa Irmãos Peixoto, Lda foi celebrado, no dia 06 de setembro de 2016, por ajuste direto, um contrato de empreitada de ‘correção de pavimento na Travessa da Moura, em Fão’ – Contrato n.º 97/2016 -, com o prazo de execução de 15 dias, pelo preço contratual de 1.610,00 euros.

Ora, segundo informações prestadas por moradores na dita Travessa, esta obra nunca foi realizada.

Assim, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Esposende que, a mim e a esta Assembleia, se pronuncie sobre a matéria, informando se foi ou não realizada esta obra e, caso não tenha sido efetuada, quais os motivos que justificaram a sua não realização.

Sr. Presidente,

Desde 2012, a Câmara Municipal de Esposende, através da modalidade de ajuste direto, tem contratado a prestação de serviços de assessoria técnica na área do aprovisionamento, isto, porque, segundo consta na exposição de motivos, não possui recursos humanos.

Desde 2012 até à presente data, esses contratos orçam em cerca de 102 mil euros, sendo a outra parte contratante sempre a mesma pessoa.

Pergunto: justificam-se estas contratações e a despesa que daí resulta, sempre com a mesma pessoa?

Sr. Presidente

Há pouco tempo a Câmara Municipal de Esposende realizou mais uma semana da educação. Do programa constava a participação/intervenção da Escola Sementes da Liberdade. No entanto, nunca esta Escola marcou presença nos eventos referidos.

Assim, solicito ao Sr. Presidente da Câmara que informe esta Assembleia sobre os motivos que justificam a ausência desta Escola nas várias atividades inseridas na Semana da Educação. Afigura-se estranha a ausência desta Escola que sempre foi tão apoiada/ acarinhada e promovida pela Câmara, particularmente no tempo de João Cepa. O que se passa? O que nos sabe dizer o Sr. Presidente sobre isto?

Sr. Presidente

Falo agora de uma situação que é uma autêntica vergonha. Sim, uma vergonha! Refiro as casas de banho na Praia de Ofir. No início da presente época balnear (15 de junho de 2017), o estado de degradação destas casas de banho era idêntico ao verificado no final da época balnear de 2016, o que nos leva a crer que nada, nada, nada foi feito. Casas de banho sujas, esventradas. O mesmo refiro quanto à falta de papeleiras/caixotes de lixo. Uma vergonha. Está em causa a imagem de um sítio nobre do nosso concelho, está em causa a imagem da nossa terra.

Finalmente, Sr. Presidente

Digo que o tempo passa e, em cada dia, afirmamos a justeza da nossa ação. Da ação desta CDU feita de coerência, sem cedências a quaisquer lógicas alheias aos supremos interesses do nosso concelho e das suas gentes.

Falo de uma coerência e firmeza que nos enche de orgulho! Um orgulho mais vertebrado quando vemos que, afinal, o que temos defendido para a nossa Terra faz todo o sentido. Sempre enfatizámos a necessidade de políticas integradas capazes de catapultar Esposende nos trilhos do desenvolvimento e do progresso. Esta tem sido a nossa porfia desde 2005, ano em que a CDU, depois de 23 anos, voltou a ter voz nesta Assembleia Municipal. Sempre pugnámos pela existência de uma outra e mais dinâmica política cultural. Sempre defendemos ações e políticas com visão de futuro nas mais diversas vertentes: ambiental, económico, educação, saúde, etc. Ora, sempre que assim atuámos, afirmaram outros que estávamos apenas a fazer política, desvalorizando sempre, sempre as nossas posições. Tantas propostas, tantas moções, tantas recomendações da CDU foram chumbadas ao longo de 12 anos! Mas, espanto, aqueles que zelosamente, e por mera cegueira política, repetidamente têm chumbado as nossas propostas, são os mesmos que aí estão a defender o que há muito, de forma convicta preconizámos. Aparecem a apresentar as nossas ideias, dando a entender que algo de novo se trata, quando, a final, mais não fazem do que plagiar as posições da CDU. Fazem-no, dando uma outra 'roupagem' a tais propostas.

É bom ver, nestes tempos de pré campanha, livrinhos em papel couché, onde aparecem propostas, como a criação de uma Casa das Artes, novos parques industriais, mais emprego, mais futuro. Espanto total! Então não são os Srs que agora prometem tudo isto, os mesmos que, quando tinham responsabilidades na gestão do município, votaram ao abandono os nossos parques industriais, os quais a CDU tem apelidado de parques industriais da idade da pedra? Casa das Artes? Então, não defendeu a CDU nesta Assembleia e fora dela uma Casa das Artes, dando sempre o exemplo da Casa das Artes de Famalicão, propostas que sempre foram chumbadas nesta Assembleia?

Sim, esta CDU orgulha-se de ter abordado todas as áreas fundamentais para o desenvolvimento do nosso concelho. Esta CDU orgulha-se de ter trazido a esta CASA da



DEMOCRACIA – Assembleia Municipal – os problemas das gentes de Esposende. Foi a CDU que denunciou a exploração feroz, principalmente, dos nossos jovens, a precariedade e os baixos salários. Foi a CDU que, pela primeira vez, nesta Assembleia Municipal falou do trabalho e dos trabalhadores. Foi a CDU que, sem desistir, abordou os problemas da escola Secundária Henrique Medina. Foi a CDU que colocou a necessidade da construção de um novo Hospital Barcelos/Esposende.

Por isso, é grande o nosso entusiasmo, é grande a nossa vontade para continuar a nossa ação e luta em defesa de Esposende, contribuindo para rasgar caminhos de Futuro.

Disse.”-----

De seguida, interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Orlando Rua, do Grupo Político do PS, apresentando a declaração que se transcreve:

“Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Senhores

Membros da Mesa da Assembleia Municipal

Senhor

Presidente da Câmara Municipal

Senhores

Vereadores Municipais

Senhores

Deputados Municipais

Senhores

Presidentes de Juntas de Freguesia

Meus senhores e minhas senhoras

Venho hoje falar-vos da 7.ª Conferência Ibérica de Empreendedorismo (CIEM2017), a qual decorreu nos passados dias 8 e 9 de junho na Vila de Fão, deste Município.

O tema da conferência foi "Empreender para o Sucesso" e, efetivamente, o sucesso e o êxito foram alcançados. Os co-organizadores (Empreend – Associação Portuguesa para o Empreendedorismo, CME – Câmara Municipal de Esposende e ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração) elevaram a fasquia para próximas organizações.

Esta conferência significou um salto substancial face às anteriores, desde logo pela qualidade das comunicações científicas submetidas e apresentadas, mas também em termos organizacionais. Contamos com a presença de keynote speakers ibéricos de exceção e de centenas de oradores, moderadores e conferencistas sobretudo de Portugal, Espanha e Brasil. Outro aspeto a salientar é o programa diversificado da conferência, não se cingindo à esfera eminentemente académica, incluindo iniciativas onde os atores locais puderam partilhar experiências e estabelecer contatos através do Business Networking com stakeholders externos ao Município.

Aproveito esta oportunidade para, a título pessoal, apresentar o meu profundo agradecimento a todas as pessoas envolvidas na organização da CIEM2017. Ao Arq. Benjamim Pereira (Presidente da CME), por ter acarinhado e acolhido o evento de forma pronta e visionária e ao Dr. Maranhão Peixoto (Vice-Presidente da CME), por no que aos recursos necessários para a operacionalização da mesma ter proporcionado condições de exceção. Ao Prof.

Olimpio Castilho (Presidente do ISCAP), por apoiar este evento de forma incondicional, permitindo que a instituição partilhasse a sua experiência nas áreas do empreendedorismo e inovação e contribuisse para o estreitar de laços entre a Academia, Indústria e Governo (local), promovendo a disseminação do conhecimento e a dinâmica empreendedora - como colaborador desta instituição sinto-me particularmente orgulhoso -, à Prof.ª Maria do Rosário Almeida (Presidente da Direção da Empreend) pela sua energia e pela sua crença de que, apesar das dificuldades, é possível empreender com sucesso.

Finalmente, como Esposendense, espero que o Município, que apresenta condições diferenciadas para empreender, crie condições para operacional o modelo Triple Helix, já que todos teremos a ganhar com esta experiência.

Já que estou em modo de agradecimentos:

- *Quero agradecer a forma respeitosa e cordial como sempre fui tratado por todos os membros desta Assembleia, na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal.*
- *Ao Executivo Municipal, na pessoa do Presidente da Câmara Municipal.*
- *Um agradecimento especial aos colegas do Grupo Político pelo qual fui eleito como deputado independente, na pessoa da Filipa Miquelino, não me esquecendo de enviar um forte abraço ao ex-deputado municipal João Felgueiras e ao ex-vereador do Executivo Municipal João Nunes.*
- *Por último, agradeço aos órgãos políticos do PS Esposende por me terem proporcionado a oportunidade de ser deputado municipal independente.”-----*

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação os dois votos de pesar propostos por todas as bancadas, no período de antes da ordem do dia, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 - VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. FRANKLIN VELOSO FERNANDES TORRES.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SR. FRANKLIN VELOSO FERNANDES TORRES.-----

MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.-----

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Belinho e Mar ausentou-se, neste momento da sala.-----

2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MARIA DE LURDES EIRAS ALMEIDA.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE MARIA DE LURDES EIRAS ALMEIDA.----
MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.-----

O Senhor Presidente da União de Freguesias de Belinho e Mar, retomou os trabalhos.-----

Sendo vinte e duas horas e vinte minutos, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi



interrompida a sessão por cinco minutos, para que as bancadas pudessem, entre si, avaliar as moções e recomendações apresentadas, suspendendo assim os trabalhos.-----

Pelas vinte e duas horas e trinta minutos, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foram retomados os trabalhos, colocando à votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, tendo-se obtido as seguintes votações:

RECOMENDAÇÃO “PARA A CONSTRUÇÃO DE CASAS DE BANHO PÚBLICAS NO PARQUE INFANTIL DA “CARAVELA” EM ESPOSENDE”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PS.-----

Votaram contra 18 membros do Grupo Político do PSD. Abstiveram-se 2 membros do Grupo Político do CDS e 2 membros do Grupo Político dos Independentes. Votaram a favor 7 membros do Grupo Político do PS e 1 membro do Grupo Político do PCP.-----

Pelo Grupo Político do PPD/PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “O Grupo Político do PSD vota contra a Recomendação sobre a construção de sanitários junto do parque infantil da Caravela, apresentada pelo PS, porque em espaço próximo, nomeadamente no Mercado Municipal, já existem sanitários públicos que serão melhorados aquando das obras de beneficiação do mercado, previstas para breve. Sugerimos à Câmara, no entanto, que melhore a sinalética para esses sanitários e por que não uma indicação dos mesmos junto ao Parque da Caravela.”-----

Pelo Grupo Político do CDS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “Consideramos pertinente a recomendação apresentada, no entanto, seria abrir uma exceção pois ao fazer aqui teríamos que fazer também em Fão/ Ofir e noutros locais e não podemos fazer casas de banho em todo o lado.”-----

RECOMENDAÇÃO “À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE INICIE O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TENDENTE À CONCEÇÃO E APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO RUÍDO”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO ELEITO PELO GRUPO POLÍTICO DO PCP, EM REPRESENTAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE.-----

MOÇÃO “TRANSFERÊNCIA DE ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO PODER CENTRAL PARA OS MUNICÍPIOS”.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO ELEITO PELO GRUPO POLÍTICO DO PCP, EM REPRESENTAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE.-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

O Senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam pedir algum esclarecimento ao Senhor Presidente sobre a Informação Escrita enviada nos termos legais.-----

A Senhora deputada Dr.^a Filipa Miquelino, fez um pedido de esclarecimento, nos seguintes termos:

"Apenas colocar uma questão relativamente ao ponto 30 – "Bota Abaixo da Barca de Passagem na Mítica Barca do Lago", perguntar se vai ficar assinalado apenas desta forma ou se pretende fazer protocolo com o proprietário daquela barca."-----

O Senhor Presidente da Assembleia passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou a sua intervenção nos seguintes termos:

"Senhor Presidente da Assembleia

Restante mesa

Senhores vereadores

Senhores deputados municipais

Senhores Presidentes de Junta

Caríssimo público aqui presente

Vou tentar ser breve e sucinto na minha intervenção e começaria mesmo por dar uma resposta à Senhora Deputada Dr.^a Filipa Miquelino, dizendo que não está previsto mais nada, o proprietário tem a devida licença para operar e poderá rentabilizar aquela passagem, mas não está previsto nenhum protocolo com a Câmara Municipal para essa exploração.

Aproveito a oportunidade para dizer que foi um momento muito feliz, penso que era algo de emblemático, fazia parte de um passado e eu nunca tinha tido oportunidade de ver aquela barca ou a que outrora lá existiu a operar, mas colocar lá uma infraestrutura muito parecida e poder unir as duas margens, ainda mais agarrado à componente dos caminhos de Santiago, percebeu-se logo no próprio dia o que é que aquilo significou e espero que venha a ter muito sucesso, até porque, acaba por encaixar um bocadinho naquilo que é a estratégia de desenvolvimento do concelho, no âmbito das ecovias, nomeadamente da ecovia do Cávado.

Para além da ecovia de ligação, há também um estudo previsto para a zona da Barca do Lago. É uma praia que é muito utilizada e podemos eventualmente no futuro ter ali uma praia classificada e a ser explorada como uma praia fluvial com todas as condições de segurança, até porque o que acontece lá neste momento é uma ocupação indevida, com todos os riscos que isso implica.

Não basta colocar lá uma placa a dizer que é proibido ir para a água e utilizar a praia, porque toda a gente a utiliza, a solução passa por ir ao encontro das necessidades das pessoas, tentar desenvolver um projeto coerente, utilizar a praia enquanto espaço de lazer, criar a ideia de que um dia terá que haver concessão e nadadores salvadores para a segurança das pessoas, naquele local.

Vamos admitir que depois, os outros Municípios fazem a sua parte naquilo que é a Ecovia do Cávado e teremos ali uma infraestrutura valiosíssima, um dos espaços mais bonitos deste concelho sem qualquer sombra de dúvida e em termos turísticos pode ser um ativo muito importante para todos nós.



Voltando ao início das intervenções, agradecer a intervenção do Dr. Penteado Neiva, manifestar também por parte da Câmara Municipal um voto de pesar pelo falecimento do ex-vereador desta Câmara Municipal, Dr. Franklin Torres, da mãe do nosso Presidente de Junta da União de Freguesias de Belinho e Mar e também obviamente pela catástrofe dos incêndios, talvez uma das maiores do nosso país, da história contemporânea e que nos marcou a todos. Deixar aqui uma nota, o Município de Esposende, atempadamente e há cerca de seis anos a esta parte, tem uma equipa de sapadores florestais, a limpar os caminhos, precisamente essas faixas ao longo das vias e que nos permite saber em tempo próprio se os caminhos estão ou não transitáveis e limpar aqueles onde a vegetação começa a ser muita por ausência de limpeza por parte dos particulares. Isso custa trinta e cinco mil euros por ano à Câmara, temos um acordo com a Associação Florestal do Cávado e estamos atentos àquilo que é a capacidade de trabalho deles, são cinco homens, nós pagamos uma parte e a Associação paga outra.

Não esquecendo também que aprovamos na Câmara há uns meses atrás, uma verba para ceder gratuitamente, a quem quiser, árvores adequadas para fazer essas cortinas de proteção, espécies autóctones para plantar nas faixas envolventes às habitações para evitar os fogos. O Senhor Vice-Presidente que tem esta área, está atento a estas situações e tentamos sempre criar melhores condições para a pequena porção de floresta que temos no nosso concelho.

Da intervenção do Dr. Neiva, e a propósito da visita da Senhora Secretária de Estado, de facto hoje foi um dia muito importante para todos nós, foram consignadas várias obras, o que aconteceu hoje foi que nós acabamos de consignar, não foi adjudicação, nem concurso, isso já passou tudo, entregamos às empresas para começarem as obras amanhã, o troço da marginal de Esposende até Cepães, de Cepães a Rio de Moinhos, da Foz do Rio Neiva até à Ponte e a Ponte, foram quatro, que totalizam à volta de um milhão e meio de euros. Sendo certo que nós na ponte, como as candidaturas eram só até 350 mil euros, daí que assinássemos aquele acordo, Câmara Municipal de Esposende e Câmara Municipal de Viana do Castelo, para colocarmos cada um dos Municípios cerca de 100 mil euros, que era o que faltava, porque as candidaturas eram só até 350 mil euros.

Foi o que aconteceu hoje, cerca de um milhão e meio de euros para completar, aumentar, ampliar aquilo que já temos feito da Ecovia do Litoral.

Sendo certo que, há muitas outras coisas que aí vêm e que estamos a tratar mais para a frente, lembrando, o Mar 2020, as intervenções na Doca de Pesca aqui em Esposende, no Portinho de Apúlia, a intervenção na zona da Bonança em Fão, enfim, deu para ver hoje a dinâmica que estava implantada dentro daquela estrutura, de tal ordem que, as coisas correram tão bem na Polis Litoral Norte, que conseguimos criar a dúvida no próprio Governo, que tinha intenção de acabar com isso tudo e neste momento, deu para perceber hoje pelas palavras da Senhora Secretária de Estado, já não têm tanta certeza se querem acabar com o modelo da Polis ou não, porque é verdadeiramente um modelo que funciona.

Relativamente à Ecovia, nem todos os projetos encaixam nos espaços naturais, mas há os que encaixam nos espaços urbanos e são enquadráveis no PAMUS (Plano de Ação da Mobilidade Urbana Sustentável), que nos permitiu candidatar o troço Fão-Apúlia. Também este troço Fão-Apúlia, no valor de cerca de um milhão e cem mil euros, não tenho a certeza se já foi a Reunião de Câmara a consignação ou não, já foi a concurso, já foi adjudicado, mas se não está em consignação está para o Tribunal de Contas não tenho bem a certeza, mas está numa

fase final, para se dar início logo que venha esse visto do Tribunal de Contas, por ser superior a 350 mil euros, obriga a ter esse visto.

Somando tudo, são dois milhões e seiscentos mil euros em ecovias, apenas agora em execução nesta fase.

Relativamente à Linha de Muita Alta Tensão, nós fizemos um contacto e responderam-nos que nem pensar, aqui em Esposende nem sequer estava ponderada essa situação, aquilo que estava em discussão pública eram duas hipóteses de traçado na zona de Barcelos e nenhum deles tocava sequer no território de Esposende. Isto foi-nos dito pelas instâncias superiores que tutelam esta área, e nós, não sei se de forma ingénua ou não, continuamos a acreditar num Estado de Direito e em quem nos governa, esperemos que isso não tenha nenhuma evolução contrária.

Temos que estar atentos, como disse e muito bem e vamos voltar a questionar, a ver se ainda se mantém a situação inicial ou se entretanto houve alguma evolução estranha, que a gente não esteja a acompanhar e naturalmente se isso acontecer, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, têm que tomar uma posição muito dura, porque não podemos empurrar para o vizinho aquilo que não nos dá jeito, nem pensar nisso, temos que saber lidar com as coisas.

Não é claramente o traçado da A28 o melhor local para passar uma infraestrutura dessas, até porque atravessa populações. Estou-me a lembrar de Antas, por exemplo, nem pensar numa coisa dessas, por muito que seja inconveniente para os outros, é uma questão de ordenamento do território e deve ser só esse o critério, nunca um critério político-partidário. Era só o que faltava, agora que está no Governo o Partido Socialista, empurra-se ali para o lado para um Município do Partido Social Democrata, por amor de Deus, acho que não chegamos a esse tempo e não acredito que a Tutela tenha esse tipo de comportamento para connosco, existe muita pressão mas vão ter que se entender entre eles com esse problema.

À Senhora Deputada Dr.ª Filipa Miquelino dizer que nós somos um Município inclusivo, do melhor que há neste País. Obviamente que há sempre uma coisa ou outra por fazer, temos muitas coisas ainda para melhorar, mas em termos de apoio a instituições, digam-me quem é que apoia mais as instituições do que nós?

Seja em viaturas, seja na reparação das instalações, nos vários programas para idosos, projetos como nós temos, o coro sénior um projeto excecional em que as pessoas são completamente motivadas com quase 200 pessoas envolvidas nesse projeto, a hipoterapia para as crianças, o transporte para as crianças, as reparações de habitações das famílias com mais fragilidades sociais e económicas, até barreiras arquitetónicas, investimos muito em colocação de passadeiras sobrelevadas para facilitar a mobilidade das pessoas com mais idade e limitações, no âmbito da violência doméstica, da violência no namoro, tanta coisa que temos feito para que a população se sinta completamente integrada, liberta desses problemas que por vezes não são debatidas noutros municípios, eu acho que nós vivemos claramente num Município inclusivo, que se respeita, que está completamente aberto a aceitar tudo aquilo que venha ter connosco em termos de populações e tem que ser assim num espírito desses porque, somos um Município de Turismo e temos que ter essa capacidade para receber quem de nós precisa também.

O apoio para a Ronda de Vila Chã, claro que não vamos dar a todas as instituições a mesma



coisa, o critério nunca pode ser esse, acontece que a Ronda de Vila Chã é, o rancho folclórico mais antigo do nosso concelho.

Depois, há muitos anos a esta parte que tinham a promessa da Câmara Municipal de virem a ter uma sede e isso para mim vale muito, não fui eu que a fiz, mas cabe-me a mim enquanto representante do Município, cumpri-la.

Depois, estes projetos nunca são projetos apenas das instituições.

A instituição está integrada numa freguesia, a freguesia e o Senhor Presidente da Junta definem prioridades para a sua freguesia e se o Senhor Presidente da Junta disser que determinado projeto é prioritário para a sua freguesia, é importante o investimento, é por aí que vamos, o que não quer dizer que na freguesia ao lado aconteça exatamente a mesma coisa, a instituição pode ser muito mais instável em termos diretivos, pode acabar dali a 1 ano ou 2, não se vai estar a gastar esse dinheiro, enfim todas as razões que possam adivinhar deste raciocínio que acabei de fazer.

Em Vila Chã foi assim, surgiu uma oportunidade muito boa para a aquisição daquele imóvel, muito bem situado, na zona central da freguesia e que não era o que estava previsto, estava previsto num terreno junto ao campo de futebol, elaborar um projeto e dar um apoio financeiro para a construção da sede, o que ficaria imensamente mais caro, porque um edifício de raiz não se faz com cem mil euros.

Encontraram um edifício, fizeram uma proposta, que foi desde logo apadrinhada pelo Senhor Presidente da Junta. A Ronda sentia-se confortável com a aquisição daquele edifício, embora não tenha as condições ideais para o futuro, obviamente que precisará de obras, mas vão tentar fazê-las por meios próprios, é uma característica da população de Vila Chã e de outras, mas em particular de Vila Chã, que vão avançando sempre com as coisas para justificarem o apoio da Câmara.

O que lhe posso dizer, é que não vou dar a todos a mesma coisa, até podemos dar mais a um qualquer ou nenhum, dependendo das necessidades que as instituições têm e tem sido este o critério que tem vindo a ser adotado seja para instituições sociais, seja culturais, desportivas, etc.

Quanto à Escola de Vila Chã, teve uma intervenção em 2012, ou 2013 e não tem parque infantil, porque não tem pré-escolar. As escolas que têm crianças do pré-escolar normalmente usam mais este tipo de infraestrutura e nem todas as escolas têm, porque não é esse o critério, se forem escolas que tenham essa tipologia terão, se não forem, não têm.

Em relação ao Centro de Negócios, nós temos um projeto para o edifício que foi arrendado. Vamos ter que executar obras de adaptação interiores e já aqui foi explicado, que o projeto que temos para o Centro de Negócios não é aquele que vai ficar agora ali no Largo Rodrigues Sampaio, este investimento foi sinalizado junto da Agência Nacional de Inovação e fomos aconselhados a mostrar que estamos a trabalhar, que estamos em atividade e tivemos que nos socorrer de um espaço para funcionar de forma provisória.

Pegar naquele terreno e eventualmente em mais algum que faça falta, se aquele não tiver área suficiente para a instalação desse equipamento, desenvolver um projeto, arranjar financiamento, pô-lo a funcionar demora 2-3 anos, é assim que funciona, não vale a pena pensar que as coisas são diferentes.

Estar este tempo todo sem ter um Centro de Negócios, nem uma infraestrutura de apoio ao Empreendedorismo, não estava certo.

Optamos pelo arrendamento, desenvolver um projeto, infelizmente vamos precisar de obras de adaptação interiores e vamos executá-lo, com as melhores condições, penso que vai ficar muito bom, muito agradável e vamos utilizar aquilo durante 3 anos e entretanto vamos tratar do outro, que é o que interessa mesmo em termos futuros. É isso que justifica, não são dois, são o mesmo, mas temos que começar por um lado e depois libertaremos o edifício, a menos que haja algum projeto que se possa lá colocar, mas não é isso que está na nossa mente e o contrato tem uma duração de 3 anos.

Quanto à Av. de Góios, por acaso também alguém me falou nisso, preocupei-me em ir ao local e já lá fui 2 ou 3 vezes e voltei lá hoje, antes de vir para a Assembleia. Passei lá, confesso que foi uma surpresa para mim ver que aquela rua estava fechada há tanto tempo.

Como sabem a Esposende Ambiente tem alguma autonomia em termos de execução de obras de água e saneamento, não tem que andar sempre a pedir autorização à Câmara, nós fazemos parte do mesmo Grupo Municipal. Não tinha ideia que estava fechada há tanto tempo ao trânsito e tentei saber porquê, porque se fosse um buraco na rua nada justificava estar 1 mês fechada, mas não, trata-se de uma infraestrutura em betão de grandes dimensões (cinco metros por dois) que tinha que ficar mesmo naquele local, por causa dos encaixes das tubagens e foi muito complicado, em termos de desvio de tubagem de gás natural, foi uma obra bastante complexa.

Eu fui lá mesmo ver e apertar com o pessoal, dizer-lhes: vocês têm que pôr isto rapidamente aberto... de tal forma que eles betonaram na quinta-feira passada e hoje eu fui lá e já se passava para um lado e para o outro, porque eu disse-lhes: libertem pelo menos metade da via, sinalizem isto como deve ser, pelo menos os ligeiros não faz sentido terem que fazer um desvio tão grande... e neste momento posso dar a informação que já está resolvido o assunto, já está aberto ao trânsito, embora ainda esteja lá a placa, mas que amanhã terá que ser removida, quando muito colocar lá que é só para ligeiros, mas está resolvido esse problema.

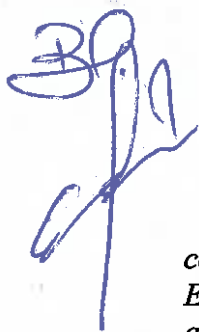
O saneamento no Lugar do Monte, vai à próxima reunião de Câmara a minuta do contrato para se estabelecer o contrato com a empresa que ficou em segundo lugar, porque a empresa que ganhou não conseguiu cumprir os requisitos legais.

Quanto às casas de banho no parque da caravela, como sabem nós temos um projeto para intervir no Mercado Municipal, até já temos uma verba garantida para fazer parte daquela obra no âmbito do PARU. O projeto nunca tinha sido verdadeiramente finalizado, nós estamos a finalizá-lo e a ideia é criar melhores condições nas casas de banho.

Eu compreendo a questão, haverá pessoas a queixar-se, mas de facto elas estão ali, vamos melhorar a sinalização, as pessoas também podem utilizar os estabelecimentos, assim fazemos quando vamos para fora, nós vamos a qualquer cidade Europeia e não temos casas de banho em qualquer canto, até porque confesso não é uma ideia que me agrada muito, é preciso ter uma pessoa lá permanentemente, porque precisam de manutenção e limpeza permanente e isso tem encargos muito elevados e não estamos a pensar cobrar por isso, há muita falta de civismo, as pessoas partem tudo.

A ideia é tentar melhorar.

Quanto à Senhora Deputada Dr.ª Anabela Solinho, nós temos neste momento em discussão o Regulamento Municipal sobre a ocupação dos espaços públicos e esperamos poder vir a



conseguir resolver essas situações.

Em relação à questão concreta da remoção da esplanada do Ofir, acredite que é dos assuntos que me tem ocupado mais tempo até agora, porque não me agrada mesmo nada o que está a acontecer.

Nós demos ordem de remoção, o proprietário interpôs uma providência cautelar, eu pedi um esclarecimento para que se fizesse uma resolução fundamentada no interesse público (ou seja, dizer que aquilo é espaço público e portanto não me venham com medidas dilatórias, tentar empurrar isto para a frente).

Temos que esperar pela resposta do Juiz.

Mas, entretanto eu insisti com o Dr. Gomes Alves, é quem está à frente desta área há muitos anos como sabem e perguntei quais seriam as consequências para mim ou para a Câmara para remover de lá aquilo e ele disse que, com certeza o Senhor Dr. Juiz iria reconhecer a Ação da Câmara sem qualquer problema, mas poderia vir a ter algumas consequências para mim.

O que é que eu fiz?

Agendei a remoção dessa esplanada para o dia 06 de Julho às 08h30 da manhã.

Se o Senhor Dr. Juiz me responder antes a dizer que não o posso fazer, aí já não posso ir contra uma decisão dele, enquanto ele estiver apenas por omissão e não tiver respondido dentro dos prazos legais, está agendada para o dia 06 de Julho às 08h30 da manhã.

Tenho os despachos todos, posso dizer que o próprio despacho atendendo à complexidade foi elaborado pelo Dr. Gomes Alves, dentro daquilo que é a lei, para que não estivesse a dar um despacho que pudesse ser atacável sob o ponto de vista jurídico e assinei e está marcado para o dia 06 de Julho às 08h30 da manhã.

Dr. Artur Viana, troços da ecovia, como já expliquei foram quatro, mais Ofir-Ápulia que está na situação que acabei de explicar.

Quanto à Ponte de Fão, está em elaboração o projeto para o alargamento do espaço que é o seguimento da ecovia.

Quanto à ciclovía de Fão-Fonte Boa, houve efetivamente a dada altura do processo algumas dificuldades com uma família que tinha uma propriedade muito grande com cerca de 300 metros de comprimento ao longo do rio, que concordava com a cedência e já agora deixe-me dar aqui os parabéns ao Senhor Presidente da Junta de Fonte Boa, porque não é fácil convencer as pessoas a ceder gratuitamente a passagem, embora as pessoas saibam que naquela margem do rio têm que deixar passar, mas fazer uma cedência de passagem é uma coisa, deixar construir uma infraestrutura lá é outra, porque eles são os proprietários, mas, conseguimos falar com as pessoas e conseguimos convencê-las que não tinham nada a perder, em boa verdade.

Fizemos um reajustamento do traçado, houve algumas cedências, mas perfeitamente aceitáveis e com um ajuste ou outro conseguimos fechar esse processo, está do lado do empreiteiro, penso que já foi feita lá uma reportagem e está em andamento.

Obras na capela mortuária em Fão, assinei na quinta-feira passada mais um auto e penso que esteja em andamento, porque os autos são validados pelos meus técnicos da divisão de obras e eu não tenho ideia que esteja parado.

Quanto à questão da Rua das Pedreiras com a Rua Forno da Cal, de facto o Sr. Rocha



permitiu-nos passar no terreno dele, daquilo que nós temos conhecimento ele tem o terreno registado e confronta com a A28. Convém lembrar que a A28 não foi construída como uma autoestrada, foi construída como um IC e porventura os traçados não obedeceram às mesmas regras.

Há muitos casos por aí fora que não têm via paralela ao IC, a verdade é que nas autoestradas por norma há sempre uma via de cada lado paralela, mas nos IC não, há vários exemplos desses, em Gandra, Vila Chã, por aí fora que não tem faixas.

O que sei é que o terreno dele está registado e confronta com a A28, não sei se foi expropriado o terreno ou não, valeria a pena questionar quem fez a estrada se o expropriou ou não, não foi a Câmara com certeza.

A intervenção no Campo de jogos de Apúlia, fizemos aquela cerimónia como sabem, foi feita a aquisição de terrenos em volta, está em elaboração o projeto para aprovação, as zonas envolventes carecem de parecer prévio porque são de RAN e REN e depois porventura terá que vir aqui à Assembleia Municipal e será dado andamento à obra.

Quanto ao Edifício Pérola, fizemos o contrato promessa e ainda estamos à espera do parecer do Tribunal de Contas, pediram-nos esclarecimentos e já os demos, estamos a aguardar o parecer, logo que venha elaboraremos um projeto para lá, já aqui disse que vai ser discutido este assunto com a população de Apúlia.

Nós temos uma ideia para lá, mas não devemos impor-nos às populações, um dia vamos reunir-nos com um projetista e os representantes da freguesia e vamos discutir o que vamos fazer, dentro de uma lógica até de financiamento e de capacidade de aceder ao financiamento. O grande mérito da aquisição daquele edifício é que estava ali a perder-se completamente e a deteriorar-se, um edifício muito importante em termos arquitetónicos, talvez o mais emblemático do concelho neste momento e só isso já justificava a aquisição. Sendo certo que, era ali um problema que ficou sempre pendente, em função da grande obra de requalificação na frente da praia.

Quanto ao prédio devoluto conseguimos fazer a escritura do prédio, estamos neste momento a legalizar o edifício para que possa ser lançado à hasta pública para venda, que no fundo vai alavancar o pagamento do Edifício Pérola.

Fazer para ali um projeto e colocar à venda para habitação e convém dizer que não vai ter nem mais um metro quadrado do que aquilo que já tem lá, é importante dizer isto, a ideia é que o dinheiro da venda sirva para pagar o compromisso que temos com a aquisição do Pérola.

Quanto ao Plano de Mobilidade, esse trabalho foi feito e foi entregue à Câmara e está em avaliação neste momento, é um trabalho bastante denso, mas tem que ter uma discussão afastada do período eleitoral, no meu entender. Só ia trazer confusão às pessoas, acho que tem que ser feito com tempo, mas o trabalho está executado.

Carece ainda de uma avaliação e de alguma afinação porventura, mas uma discussão numa fase destas, pode prejudicar o próprio processo.

Quanto às questões levantadas pelo Dr. Carvoeiro, a questão dos Irmãos Peixoto, Travessa da Moura, a informação que eu tenho é que há um particular que ficou de fazer algo e essa



intervenção está dependente do particular o fazer, mas o Senhor Presidente da Junta a seguir poderá explicar melhor essa questão, se o Senhor Presidente da Assembleia o permitir, mas acontece constantemente nas obras, um particular que ficou de afastar um muro, não afastou, não se pôde pavimentar, está ali dependente aquele valor e há uma obra para aquele local que não foi executada, mas há memória, há documentos, tudo isso é devidamente registado e não há um centimo que seja pago sem as coisas serem devidamente verificadas, como é óbvio, essa é a informação que eu tenho.

Nós temos uma atividade muito grande no aprovisionamento do Município e não é de agora, aliás é de tal ordem, que há cerca de dois anos atrás tivemos que ir buscar uma pessoa à Esposende Ambiente para vir trabalhar connosco, porque é um setor que se atrasar, atrasa todos os serviços.

A situação de que fala, não é o único caso na Câmara, tomáramos nós que essas pessoas pudessem integrar os quadros da Câmara, era bom para elas e para a Câmara Municipal, mas infelizmente as coisas não são assim, a pessoa a quem se refere é uma pessoa altamente experiente nessa área, que está habilitada a fazer aquele trabalho, desempenha as funções muito bem e esse valor advém desses anos, desde 2012.

Da questão da Escola Sementes da Liberdade, sei que foram convidados mas, por questões organizacionais não estiveram disponíveis, não sei dizer porque é que não estiveram presentes, ou porque não quiseram colaborar, ou não puderam colaborar.

Quanto às casas de banho em Ofir, elas são da responsabilidade do concessionário e não da Câmara Municipal.

A falta de papeleiras, caixotes do lixo, etc, o que nós fazemos é um pedido de reforço a quem faz a recolha, no âmbito mais geral dos contentores, na altura de verão.

Também sabemos que a Junta de Freguesia tem dificuldades em fazer essa recolha.

Na altura de verão temos uma afluência de tal ordem a dadas horas do dia que era preciso ter ali alguém de hora, a hora a fazer a recolha e não é possível, quanto mais ao fim de semana.

Mas é um problema que temos que resolver, tentaremos melhorar, também não me agrada nada a situação, como deve imaginar.

Para terminar, quando fala da caça ao voto, nós somos todos iguais, somos todos políticos, todos tentamos mostrar às pessoas que somos dignos da sua confiança, não fica bem dizer que todas as propostas da CDU são coerentes, verdadeiras, bem-intencionadas, os outros andam na caça ao voto, esse barrete a mim não me serve. Nós tentamos fazer tudo, exatamente igual dentro daquilo que são as nossas discussões, os nossos projetos, é caça ao voto, convencer as pessoas que somos dignos da sua confiança, de estar aqui e de trabalhar, se chama isso caça ao voto, então andamos todos na caça ao voto.

Quanto ao Senhor Deputado Dr. Orlando Rua, agradecer as suas palavras, de facto acho que foi um momento interessante para o nosso concelho.

Foi muito bom também por outra questão, pela proximidade que nos permitiu estabelecer com o Instituto Politécnico do Porto, com o ISCAP em particular e com a CIEM obviamente e que deixou portas abertas para projetos futuros, isso ficou muito bem claro em todos os nossos

encontros e para além do evento em si mesmo, para além do envolvimento das empresas, isso mexeu um pouco com toda a gente, ficou também essa porta aberta para o futuro que eu acho que é fundamental.

Por fim, referir que foi agora submetido a consulta pública o Projeto de Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, em várias áreas, apelo por isso a todos os Senhores Deputados para os contributos que puderem dar, para elaborarmos um documento mais rico. Dar ainda nota que na próxima quinta-feira, vamos aprovar em Reunião de Câmara, um documento muito importante para o Município de Esposende, o PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana e será feita uma apresentação pública desse documento no início de Julho, tem benefícios enormes para a população em geral, que permitirá intervenções nas zonas das áreas de adaptação urbanas de Apúlia, Fão, Esposende e Marinhãs e é um passo de gigante, por isso deixar desde já o convite para que compareçam nessa sessão de esclarecimento, para se informarem e para nos ajudarem, é um documento que não está completamente fechado, vai precisar ainda da aprovação da Assembleia Municipal, como é óbvio.”-----

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

02.01 – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE ABRIL – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 25 de maio de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de abril de 2017, nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.02 – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE MAIO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de junho de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de maio de 2017, nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.03 - APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ – PARA PAVIMENTAR A RUA FONTE DA ALDEIA, A TRAVESSA AGRA DE CORTES E

TRAVESSA DA LAGOA, BEM COMO EXECUTAR AS SOBRELARGURAS NA TRAVESSA DA LONGA, RUA DE BORREIROS, RUA DA ABELHEIRA E RUA DO BECUDO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 25 de maio de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia de Vila Chã nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.04 – APOIO FINANCEIRO À UNIÃO DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de junho de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à União de Freguesias de Belinho e Mar nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.05 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE ANTAS - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de junho de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia de Antas nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.06 – APOIO FINANCEIRO À JUNTA DE FREGUESIA DE GEMESSES - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de junho de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de



Freguesia de Gemeses nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.07 – APROVAÇÃO DO APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA (ANTERIOR À AGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS), NOS TERMOS DA ALÍNEA J) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.---

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de junho de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia (anterior à agregação das freguesias) nos termos da alínea j) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do nº 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA NOS TERMOS APRESENTADOS CONCORDANDO COM A ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO FINANCEIRO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA (ANTERIOR À AGREGAÇÃO DAS FREGUESIAS), NO VALOR DE 250,00€ (DUZENTOS E CINQUENTA EUROS), A TRANSFERIR NO FINAL DO MÊS DE JULHO, PARA FAZER FACE ÀS DESPESAS COM A ORGANIZAÇÃO DO DESFILE HISTÓRICO 2017.-----

02.08 – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2016, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 76.º DA LEI Nº 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de junho de 2017, foi presente na sessão para deliberação, o Relatório de Consolidação de Contas do Grupo Público do Município de Esposende, relativo ao Ano de 2016. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2016.-----

Votaram a favor 18 membros do Grupo Político do PSD, 1 membro do Grupo Político do PCP, 2 membros do Grupo Político do CDS e 2 membros do Grupo Político dos Independentes, num total de 25. Abstiveram-se 5 membros do Grupo Político do PS.-----

02.09 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS CIDADÃOS VOLUNTÁRIOS EM CORPOS DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO - PROPOSTA.

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de junho de 2017, foi presente na sessão para deliberação, o Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Cidadãos Voluntários em Corpos de Bombeiros do Município de Esposende, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo deu uma breve explicação do assunto, tendo em suma referido que este era um momento muito importante para os bombeiros e que desejava que os mesmos aproveitassem bem estes benefícios.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS SOCIAIS AOS CIDADÃOS VOLUNTÁRIOS EM CORPOS DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO.

02.10 – ESPOSENDE AMBIENTE, EM - RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE - 2016 – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de junho de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Sustentabilidade – 2016 da Esposende Ambiente, EM nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Sr. Manuel Francisco Vasco Gaifem que em síntese disse:

“Boa noite,

Quero apenas colocar uma questão, sobre a variante de Fão, o Senhor Presidente deixou cair a variante de Fão e visto que é um pagador de promessas eu queria saber se esta obra não



caberia nas 136 obras anunciadas.

Cada vez mais há lá eventos, até por iniciativa da Câmara.

Sempre questioneei o Senhor Presidente da Junta de Fão sobre este assunto, que me disse que o Senhor Presidente lhe tinha dito que esquecesse essa obra.

Afinal, pensa fazer essa obra ou não?"-----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, nos seguintes termos:

"Eu nunca disse esqueça a variante de Fão, eu nunca disse isso!

Compreendo que se possa dizer isso num contexto, atendendo ao investimento necessário para se fazer essa obra, quer em termos de expropriações, quer em termos de execução de obra, mas eu nunca disse "esqueça essa obra".

Eu tinha que esclarecer isto, porque era partir de uma premissa errada dizer que eu disse isso, porque eu nunca o disse.

Não vou dizer que seja um pagador de promessas como referiu, mas gosto de cumprir aquilo que prometo às pessoas e por acaso eu nunca prometi fazer a variante de Fão. Isso é muito anterior à minha chegada à Câmara Municipal, mas fez muito bem vir cá, que é aqui que se fazem as perguntas de forma frontal.

Acontece que, a variante de Fão fazia parte de um acordo, a ideia já não será nova, estaria prevista em termos até de Plano Diretor Municipal, mas, a dada altura houve um acordo entre o Instituto das Estradas de Portugal, o IEP e a Câmara Municipal, para que a Câmara assumisse a EN 305 e a EN 205, essas duas estradas passariam para o Município e à troca disso seriam executadas um conjunto de infraestruturas rodoviárias.

Quais? A variante sul de Apúlia (que está feita), a variante norte de Apúlia, a variante de Ofir, a Av. João Paulo II nas Marinhas, (que está feita) e julgo que a variante à cidade de Esposende, mas não tenho a certeza absoluta se essa variante estava incluída.

As coisas foram feitas assim. Não é que o IEP fosse pagar, mas pelos vistos a dada altura, tinha acesso a fundos comunitários e veio daí o interesse do Município na altura. Eu não estava cá, mas o interesse do Município era que efetivamente alguém conseguisse ir buscar os fundos comunitários, pois são obras de muito valor.

Foram feitas estas duas, a variante sul de Apúlia e a Av. João Paulo II, não me pergunte quais foram os critérios na altura, porque não posso responder a isso, pois eu não estava cá.

Também lhe posso dizer que a variante, essa que está a falar, para mim seria a prioritária, aquela que eu faria hoje se tivesse disponibilidade para fazer uma estrada, seria essa sem qualquer tipo de problema.

Não era claramente a variante de Esposende, porque acho que ainda temos capacidade e ali há um grande problema na zona de Ofir e na zona de Apúlia e essa poderia ser a escapatória correta para tirar e para colocar lá todo o trânsito.

Mas, regressando à explicação inicial, esse acordo estava feito e a dada altura há uma proposta aqui na Assembleia Municipal, para rescindir esse protocolo, pois entendeu-se que eles falharam numa determinada parte do acordo, porque fizeram essas duas e não fizeram mais nada.

O projeto de execução da variante de Ofir está feito, está na posse da Câmara Municipal neste momento.

Obviamente que nós gostaríamos imenso de fazer, nem que fosse um troço apenas, da Estrada Nacional até à infraestrutura, que no fundo são as infraestruturas do Fão e são o nosso Centro Escolar, mas, repare nós estamos a falar de um valor muito grande, não há fundos

comunitários para isto, mas se por acaso na reprogramação do Portugal 2020 for possível fazer-se esta candidatura iremos fazê-la.

Temos falado muitas vezes nos problemas de trânsito e nas dificuldades de estacionamento e sabemos que é um problema que temos que resolver, mas aqui não é só isso, estamos a falar de uma infraestrutura que custará 3 milhões de euros, eu percebo o sarcasmo e a ironia na forma como fala na questão das obras, mas por muita vontade que eu tenha de fazer todas as obras, tenho que me limitar à disponibilidade financeira que temos.

Tenho essa como uma obra prioritária e gostaria imenso de a fazer e sei que é necessária.”----

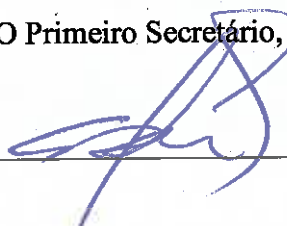
---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo APROVADA por UNANIMIDADE para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 23 horas e 35 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

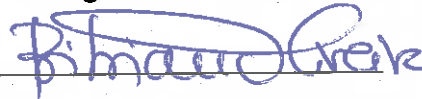
O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



O Segundo Secretário,



MINUTA DA ATA

N.º 03/2017

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
26 de junho de 2017**

